

IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS DE LÍNGUAS DE SINAIS: CONCEPÇÕES SOBRE AS LÍNGUAS E SUJEITOS EM COMUNIDADES SURDAS SINALIZANTES

*Linguistic ideologies of sign languages: conceptions of language and subjects in
signing deaf communities*



Marianne Rossi Stumpf¹



Ramon Santos de Almeida Linhares²



¹ Professora do Departamento de Libras (DLSB/UFSC) e do Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL/UFSC). Florianópolis, SC. E-mail: marianne.stumpf@ufsc.br.

² Doutorando em Linguística no PPGL/UFSC e mestre em Estudos da Tradução (PGET/UFSC). Tradutor e intérprete de Libras do Centro de Comunicação e Expressão (CCE/UFSC). Florianópolis, SC. E-mail: ramon.linhares@ufsc.br.

RESUMO

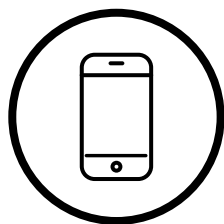
Este ensaio teórico investiga as ideologias linguísticas das línguas de sinais, analisando como os fenômenos comunicacionais dos coletivos surdos sinalizantes são compreendidos e moldados ideologicamente. Com abordagem qualitativa e teórica, este ensaio objetiva situar as ideologias linguísticas como um objeto nos campos interdisciplinares da linguagem, destacando sua relevância epistemológica, ontológica e política nos Estudos e Políticas Surdas. Para isso, propõe-se uma distinção entre ideologias linguísticas externas e internas às comunidades surdas. As externas envolvem mitos sobre línguas de sinais, transformações nas percepções sobre gestos e sinais e a primazia das línguas orais como política educacional. As internas abordam multimodalidade e gestualidade verbal, nomeação das línguas de sinais nacionais, apagamento de variedades linguísticas e processos de policiamento, padronização e purismo. Esses aspectos impactam a educação bilíngue, as experiências surdas e as concepções sobre as línguas de sinais. Conclui-se que a distinção proposta é útil, mas limitada, sendo necessária uma investigação crítica contínua, especialmente conduzida por e com teóricos surdos.

Palavras-chave: Ideologias linguísticas; Línguas de Sinais; Estudos Surdos; Comunidades surdas; Sócio-pragmática

ABSTRACT

This theoretical essay investigates the linguistic ideologies of sign languages, analyzing how the communicational phenomena of signing deaf communities are ideologically understood and shaped. With a qualitative and theoretical approach, the essay aims to position linguistic ideologies as a subject within the interdisciplinary fields of language studies, highlighting their epistemological, ontological, and political relevance in Deaf Studies and Deaf Politics. To this end, it proposes a distinction between external and internal linguistic ideologies within deaf communities. External ideologies involve myths about sign languages, shifts in the perception of gestures and signs, and the primacy of oral languages as an educational policy. Internal ideologies address multimodality and verbal gestuality, the naming of national sign languages, the erasure of linguistic varieties, and processes of policing, standardization, and purism. These aspects affect bilingual education, deaf experiences, and conceptions of sign languages. The essay concludes that while the proposed distinction is useful, it is also limited, calling for a continuous critical review, especially one led by deaf theorists.

Keywords: Linguistic ideologies; Sign languages; Deaf Studies; Deaf communities; Socio-pragmatics



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**

https://youtu.be/e_XZ6GsS_6Y?si=5ueCVLIr8kwO5ely



Introdução

Os estudos linguísticos, como qualquer empreendimento epistemológico, são práticas orientadas por ideologias, e isso não é diferente no campo das línguas de sinais. As prescrições sobre como os surdos “deveriam” se comunicar e o aparato conceitual construído em torno dessa questão revelam um núcleo conceitual que transcende a simples divergência de opiniões entre surdos e ouvintes. O imaginário normativo que incide sobre as pessoas surdas é estruturado por ideologias que se atualizam principalmente na forma como as línguas são concebidas e utilizadas, considerando os contextos históricos e geográficos em que os coletivos surdos se inserem.

Embora as ideologias operem por meio da linguagem, este estudo não pretende mapear exaustivamente todas as ideologias que atravessam os coletivos surdos sinali-

zantes. O foco recai sobre os estudos sócio-pragmáticos das ideologias linguísticas, com ênfase nas línguas de sinais. Trata-se de uma abordagem que investiga a linguagem em sua amplitude, superando a dicotomia entre o verbal e o não verbal, para compreender as “[...] ideologias que são, de alguma forma, cruciais sobre a própria linguagem, ao invés de todas as ideologias codificadas no ou por meio dela” (Woolard, 2021, p. 2).

A associação entre línguas de sinais, comunidades surdas e ideologias pode, à primeira vista, parecer uma abordagem arriscada ou imprecisa, dada a polissemia do termo “ideologia”. No entanto, é essencial reconhecer que esse conceito tem sido resignificado e reposicionado no cenário político brasileiro contemporâneo. Seja entendido como um conjunto de doutrinas ou, de maneira pejorativa, como uma construção discursiva que mascara a realidade, o termo “ideologia”, neste estudo, refere-se ao imaginário conceitual compartilhado como pressuposto fundamental por determinados coletivos humanos. Blommaert (2006, p. 510) define a ideologia da linguagem como “[...] as suposições não ditas que, como uma espécie de ‘cimento social’, transformam grupos de pessoas em comunidades, sociedades e culturas”.

Assim, o objetivo não é apenas examinar a relação entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), as comunidades surdas e o assistencialismo de matriz religiosa enquanto projeto de governo (Mello, 2019), mas problematizar criticamente como esse movimento se viabiliza a partir de um conjunto de valores já atrelados às línguas de sinais e às experiências surdas.

Mais do que uma organização sistemática de textos e autores, este trabalho se constrói como um exercício reflexivo ao assumir o gênero ensaio. Essa escolha não se limita a uma questão formal: ela revela a intenção que esse espaço permite para pensar criticamente os materiais reunidos em torno do conceito de ideologias linguísticas das línguas de sinais. Trata-se de abrir espaço para uma escrita que não apenas apresenta referências, mas interroga seus sentidos e efeitos.

Inicialmente, discutimos como a pragmática contemporânea revisita sua trajetória ao identificar as ideologias linguísticas como uma interface entre linguagem e sociedade. Em seguida, ampliamos o escopo para abordar os fundamentos das Políticas Surdas, compreendendo-as como um conjunto de ideologias de afirmação e resistência centradas nas línguas de sinais. Por fim, ao colocar a Sócio-pragmática em diálogo com os Estudos Surdos, delineamos dois contextos de formulação das ideologias linguísticas de línguas de sinais. A partir da oposição “dentro” e “fora” – inspirada no conceito de comunidades de fala – apresentamos as categorias de ideologias linguísticas “externas” e “internas”, finalizando com uma breve consideração crítica dessa última categoria.

1 Ideologia linguística: questões epistemológicas, ontológicas e filosóficas

A ideologia ocupa papel central nos estudos linguísticos, sendo amplamente reconhecido que qualquer empreendimento epistemológico é orientado ideologicamente. O conceito de ideologia linguística refere-se ao conjunto de crenças, valores e pressupostos que influenciam como a língua é analisada e ensinada. Assim, a percepção da linguagem é moldada pelas orientações ideológicas de pesquisadores e educadores,

tornando indispensável um exame crítico dos fundamentos que estruturam nossa compreensão da língua.

A literatura explora diversas facetas dessa relação. Silverstein (1979) introduziu o conceito de *Linguistic Ideology*, problematizando a interação entre estrutura linguística e ideologia. Briggs (1992) analisou como ideologias naturalizam relações de poder no discurso Warao³. Moita Lopes (2013) investigou a construção discursiva da língua portuguesa, enquanto Silva (2019) discutiu signos injuriosos com os cartoons dinamarqueses. Silva e Signorini (2021) analisaram a ideologia do inglês como língua da ciência no Brasil. Essas pesquisas mostram que a linguagem não é neutra, mas atravessada por dinâmicas sociais que condicionam seu uso e status.

Nos estudos sócio-pragmáticos, a ideologia linguística é entendida como crenças sobre línguas, variedades e gêneros discursivos, além de concepções sobre sujeitos e formas de uso. No contexto das línguas de sinais, essas ideologias não apenas avaliam as línguas, mas formulam construções ontológicas e normativas que orientam a existência dos sujeitos surdos.

As percepções sobre línguas e formas expressivas são moldadas por valores e posições sociais que estabelecem hierarquias entre repertórios linguísticos. Esses discursos atuam inter e intralinguisticamente, valoração e hierarquização de usos dentro e entre línguas. Esse processo reflete o que Irvine e Gal (2000) denominam ideologia de diferenciação linguística, posicionando línguas e usos em esquemas de poder e moralidade.

As ideologias linguísticas não são estáticas, mas se atualizam em teorias populares sobre o significado da linguagem e no próprio fazer científico. A produção acadêmica em Linguística e a investigação de línguas específicas inserem-se nesse contexto ideológico mais amplo (Kusters et al., 2020).

Propomos observar as ideologias linguísticas em três dimensões: (a) epistemológica, quanto às implicações científicas; (b) ontológica, sobre os efeitos na existência dos sujeitos; e (c) filosófica, referente aos conceitos subjacentes.

1.1 Ideologias linguísticas como questão epistemológica

Na Linguística Aplicada, as ideologias linguísticas emergem da intersecção entre sócio-pragmática, sociolinguística, análise do discurso e antropologia linguística, com abordagens como a etnografia. Fundamentam-se na ideia de que “[...] entre linguagem e estrutura social, existem as ideologias linguísticas” (Woolard, 2020, p. 3), ressaltando a participação ativa dos indivíduos na formulação e manutenção das concepções sobre as línguas.

Diversas ferramentas analisam essa relação, como estudos etnográficos (Spradley, 1979; Mattos, 2011), historiográficos (Orlandi, 2001), sociológicos (Bernstein, 1971) e filosóficos (Nietzsche, 1988; Foucault, 1966; Wittgenstein, 1953). Ainda que nem todos usem o termo “ideologia linguística”, compartilham a visão da linguagem como fenômeno dinâmico e em constante reconstrução. Kusters et al. (2020) destacam que manifestações linguísticas são reguladas por ideologias que determinam usos e competências.

³ Trata-se de um povo indígena originário do delta do rio Orinoco, no nordeste da Venezuela, com comunidades menores na Guiana, Suriname e Brasil.

Essas ideologias podem ser implícitas ou até conflitantes com as práticas linguísticas. Segundo Kusters (2014), “[...] algumas ideologias linguísticas podem ser consideradas implícitas nessas práticas, enquanto outras parecem ir contra a prática” (p. 142), evidenciando a necessidade de análises situadas. Kusters et al. (2020) reforçam que ideologias variam conforme contextos sociopolíticos, sendo imprescindível situá-las criticamente para compreender sua influência na organização social da linguagem.

1.2 Ideologias linguísticas como questão ontológica

A dimensão ontológica refere-se a como se concebe a existência da linguagem e de seus falantes. Mais do que descrever sistemas, as ideologias moldam identidades e posicionamentos sociais, estabelecendo fronteiras simbólicas entre “eu” e “outro” (Irvine; Gal, 2000). Ao essencializar certas práticas linguísticas, não apenas se representa uma coletividade, mas também se determina seu status social.

Essa abordagem dialoga com a noção de formas de vida de Wittgenstein (1953), segundo a qual a linguagem não apenas descreve, mas constitui a realidade. Para Foucault (2002), discursos linguísticos não apenas refletem, mas regulam relações de poder. Spolsky (2004) argumenta que ideologias linguísticas transcendem a organização da linguagem, influenciando identidades, fronteiras culturais e estruturas políticas. Assim, sua constituição ontológica não se restringe a aspectos linguísticos, mas impacta diretamente a percepção e a vivência dos sujeitos em suas comunidades.

1.3 Ideologias linguísticas como questão filosófica

As ideologias linguísticas operam em um campo de disputas discursivas, onde tensões entre uso e valoração moldam os sentidos atribuídos à linguagem. Essas disputas não se limitam a polarizações como oralização versus sinalização, mas configuram redes dinâmicas que determinam pertencimento e exclusão nas comunidades linguísticas.

Uma analogia pertinente é o funcionamento da musculatura no corpo humano. Para Nietzsche (2005), “[...] entende-se com os músculos, lê-se mesmo com os músculos [...]. Nunca se comunicam pensamentos; comunicam-se movimentos [...] a partir dos quais chegamos aos pensamentos” (p. 136). Essa metáfora sugere que a linguagem não é apenas um sistema abstrato, mas um fenômeno enraizado em práticas corporais e sociais.

Assim como os músculos atuam interdependentemente, as ideologias linguísticas não operam isoladamente, mas interagem com forças socioculturais. A mobilidade do corpo, seja por gestos ou deslocamentos, resulta da interação entre fatores internos e externos, assim como as ideologias emergem de múltiplos contextos. Ao problematizar a fixidez das identidades e discursos, este estudo propõe uma abordagem crítica das ideologias linguísticas, reconhecendo-as como fenômenos dinâmicos que estruturam e são estruturados pelas experiências sociais das comunidades surdas sinalizantes.

2 Políticas surdas: ideologias de afirmação e resistência

As práticas de linguagem são centrais na construção das relações de poder, influenciando a mobilidade dos sujeitos e sua percepção social. No contexto dos coletivos surdos sinalizantes e da sociedade ouvinte, essas práticas determinam identidades e fronteiras discursivas. Um dos aspectos desse embate é a separação entre “eles” e “nós” – oposição que estrutura posicionamentos ideológicos no debate linguístico e social.

Os surdos percebem os ouvintes não apenas como privilegiados pela capacidade auditiva, mas por um sistema social moldado para falantes de línguas orais. Já os ouvintes, muitas vezes, veem os surdos como deficientes, ignorando que as barreiras enfrentadas resultam de construções capacitistas e não da surdez em si.

Essa distinção reforça tanto a surdez como diferença linguístico-cultural (Ladd, 2003) quanto sua categorização normativa como deficiência. Em ambos os casos, os modos de comunicação dos surdos são o centro da disputa: ora afirmados como legítimos, ora negados como barreiras.

Pesquisas conduzidas por estudiosos surdos têm examinado criticamente essas dinâmicas, especialmente no contexto educacional. A produção acadêmica multissituada evidencia processos de entextualização e recontextualização como fundamentais na disputa pelo significado do que é ser surdo, configurando um corpus que revela a circulação e ressignificação dos discursos sobre surdez e línguas de sinais.

Nos Estudos Surdos, sujeitos surdos são protagonistas na construção de sentidos sobre suas trajetórias, resistindo a uma ordem discursiva historicamente capacitista. Os Estudos Surdos constituem um campo interdisciplinar que desloca o foco da surdez como deficiência para compreendê-la como uma experiência cultural, linguística e social. Esse campo é fundamentado por epistemologias produzidas por pessoas surdas e busca valorizar seus modos de ser, suas línguas e formas de conhecimento (Skliar, 1998; Ladd, 2003). As experiências surdas, tratadas como objetos de conhecimento, se tornam ponto de referência para compreender como operam os mecanismos de exclusão e legitimação das vidas surdas. Assim, os Estudos Surdos emergem como campo que problematiza tensões entre aceitação e rejeição de formas de existência e seus modos criativos e de resistência de uso das linguagens.

Essa disputa liga-se à construção de uma “vontade de verdade” institucionalizada, que hierarquiza corpos e subjetividades com base em modelos normativos. As ideologias linguísticas operam como dispositivos de poder que regulam concepções sobre competência linguística e pertencimento, fazendo com que algumas práticas surdas sejam consideradas mais legítimas do que outras.

Um exemplo é o compromisso moral atribuído ao uso direto da língua de sinais entre surdos, sem mediação de intérpretes, mesmo quando envolve diferentes línguas de sinais. Green (2014) associa essa prática à “consciência surda”, expressando a expectativa de priorizar a comunicação direta, mesmo com menor compreensão.

Porém, essa valorização nem sempre é consensual. Friedner (2016) descreve contextos em que a ênfase recai sobre a maximização da compreensão, especialmente quando professores surdos trabalham com alunos previamente educados por docentes ouvintes sem proficiência em língua de sinais. Kusters et al. (2020) observam que a não

compreensão ou compreensão parcial, muitas vezes, é tratada como um “fato social” comum entre surdos “[...] a análise contextual mostra que as ideologias da linguagem muitas vezes dependem da situação e, de fato, frequentemente parecem contraditórias [...]” (Kusters et al., 2020, p. 3)

A privação linguística imposta desde a infância compromete a autonomia dos surdos na compreensão e mobilidade comunicacional, limitando sua participação social e forçando adaptações às normas dos ouvintes. Promover ambientes linguísticos acessíveis é essencial para fortalecer a autonomia e a mobilidade comunicacional.

A própria noção de compreensão torna-se ideológica. Para ouvintes, a associação entre audição e compreensão gera a falsa suposição de que surdos possuem dificuldades cognitivas, quando, na verdade, a falta de exposição a discursos complexos limita suas oportunidades de interação e desenvolvimento linguístico.

Outro aspecto relevante são as “acomodações qualificadas”, quando surdos adaptam suas línguas de sinais para facilitar a comunicação com ouvintes, levantando questões sobre o impacto disso na percepção dos ouvintes sobre sua própria competência. Kusters et al. (2020, p. 16) questionam: “[...] será que essa sensação de facilidade levará o ouvinte a se sentir mais motivado para aumentar sua fluência, ou ele assumirá que é muito mais competente do que realmente é?”

Essa reflexão é ainda mais pertinente considerando que esses ouvintes podem atuar como intérpretes, tradutores ou docentes, cristalizando padrões comunicativos que simplificam os discursos, prejudicando o acesso dos surdos a interações mais complexas.

Assim, as disputas em torno das ideologias linguísticas não se limitam ao reconhecimento formal das línguas de sinais, mas envolvem como elas são ensinadas, utilizadas e percebidas dentro e fora das comunidades surdas. A compreensão e a incompreensão são centrais nesses processos, impactando práticas comunicativas e as próprias ideologias que as sustentam (Kusters et al., 2020).

3 Ideologias linguísticas “externas” às comunidades surdas

Embora o conceito de ideologias linguísticas seja relativamente recente nos estudos sobre línguas de sinais, a problematização de concepções equivocadas sobre essas línguas e seus falantes não é nova. Diversos estudos já se dedicaram a desfazer crenças enraizadas que deslegitimam as línguas de sinais e a experiência linguística das pessoas surdas. Quadros e Karnopp (2004) destacam que pesquisas vêm demonstrando o status linguístico das línguas de sinais, desmistificando mitos, entre os quais se destacam:

Mito 1: a língua de sinais seria mera gesticulação, incapaz de expressar conceitos abstratos;

Mito 2: existiria uma única língua de sinais universal;

Mito 3: as línguas de sinais seriam pidgins sem estrutura própria;

Mito 4: seriam sistemas comunicacionais inferiores aos orais;

Mito 5: derivariam da comunicação gestual espontânea dos ouvintes;

Mito 6: seriam processadas exclusivamente no hemisfério direito do cérebro por sua organização espacial. (p.16)

Esses mitos derivam de um longo processo histórico de marginalização das línguas de sinais, frequentemente reduzidas à gestualidade, tradicionalmente tratada como recurso auxiliar à oralidade. Tal visão contribuiu para a exclusão dessas línguas do escopo das ciências da linguagem.

Na linguística das línguas de sinais, esse viés se observa na adoção da estrutura das línguas orais como referência para descrever as línguas de sinais (Kusters; Sahasrabudhe, 2018; Kusters et al., 2020; Leite et al., 2022). Também se reflete na resistência em investigar os gestos em sua materialidade, especialmente fora dos paradigmas das línguas orais.

Historicamente, no final do século XIX, não havia distinção clara entre gesto e signo linguístico, e os gestos eram marginalizados como “não linguagem”, conforme a abordagem estruturalista, que priorizava a oralidade e a escrita. Apenas a partir da década de 1950 começou-se a diferenciar sistematicamente gesto e sinal, demonstrando que as línguas de sinais possuem estruturas e categorias gramaticais complexas “[...] a pesquisa em linguística da língua de sinais tendeu a uma resolução ideológica de separar gesto e sinalização, e mostrar que as línguas de sinais têm características como partes do discurso [...]” (Kusters et al., 2020, p. 6).

Mesmo nos estudos sobre línguas de sinais, muitas pesquisas minimizaram as diferenças entre línguas orais e sinalizadas como estratégia de validação acadêmica. Segundo Kusters et al. (2020), “Pesquisadores [...] se esforçam para demonstrar a complexidade das línguas de sinais como uma forma de mostrar que elas são línguas verdadeiras [...], aparentemente enraizada em ideologias sobre a superioridade da modalidade falada.” (p. 6)

Essa tendência responde às ideologias dominantes, que historicamente deslegitimaram as línguas de sinais ao compará-las com as orais. Gesser (2009) reforça que concepções equivocadas sobre as línguas de sinais e os surdos são construídas socialmente e sustentadas por discursos que influenciam práticas linguísticas nas comunidades surdas.

Esse cenário evidencia que as ideologias linguísticas afetam não apenas a percepção das línguas de sinais, mas também a própria construção da identidade surda. A luta pela validação linguística dessas línguas está conectada ao reconhecimento dos surdos como sujeitos de direito e produtores de conhecimento.

Outro aspecto central das ideologias linguísticas externas é a forma como os surdos foram historicamente enquadrados dentro de paradigmas capacitistas, como no Congresso de Milão (1880), cujas deliberações estabeleceram políticas que marginalizaram as línguas de sinais: “*A incontestável superioridade da linguagem oral sobre a de sinais na reintegração do surdo-mudo à sociedade, permitindo a mais perfeita aquisição de conhecimento.*” (INES, 2011 [1880], p. 4)

Esse evento marcou um ponto de inflexão, institucionalizando a exclusão das línguas de sinais e reforçando uma visão de deficiência que negava o potencial linguístico e cultural dos surdos. Como resposta, grande parte da produção científica afirmativa, hoje reconhecida nos Estudos Surdos, dedica-se a desconstruir essa ideologia, demonstrando que tais concepções não são naturais, mas produtos de estruturas sociais que desconsideram os surdos como comunidades linguísticas legítimas.

Assim, a problematização das ideologias linguísticas externas às comunidades surdas não se restringe à desmontagem de mitos, mas integra um debate mais amplo sobre a legitimação das línguas de sinais e o reconhecimento dos surdos enquanto sujeitos históricos e produtores de conhecimento. Esse processo envolve contestar políticas que subordinam as línguas de sinais às orais e ampliar perspectivas epistemológicas que fundamentam os estudos sobre as línguas de sinais e suas comunidades.

4 Ideologias linguísticas “internas” às comunidades surdas e sua crítica

Nas comunidades de fala minorizadas, as ideologias linguísticas não atuam apenas na manutenção da opressão externa, mas também internamente, pela incorporação de valores dominantes ou pela imposição de normas que hierarquizam usos da linguagem. Essas ideologias orientam práticas comunicativas, estruturando discursos sobre identidade, autenticidade e pertencimento.

Discutimos cinco eixos centrais dessas ideologias: (a) multimodalidade e gestualidade verbal; (b) institucionalização das línguas de sinais e apagamento de variedades; (c) policiamento, padronização e purismo linguístico; (d) enquadramento das experiências surdas; e (e) educação bilíngue como vetor ideológico.

4.1 Multimodalidade e gestualidade verbal

A distinção entre sinal e gesto tem sido central na busca por legitimidade das línguas de sinais, estabelecendo hierarquias que frequentemente obscurecem a complexidade das práticas comunicativas surdas, que envolvem sinalização, vocalização, escrita e vídeo (Kusters et al., 2020).

Um estudo sobre as ideologias cotidianas dos surdos em Mumbai mostrou um colapso analítico entre gesto e sinal, ou uma distinção entre eles, dependendo do contexto. Nesse estudo, em comparação com as ideologias acadêmicas sobre a diferença entre gesto e sinal, que são mais focadas na forma, os surdos estavam mais focados no status auditivo e em outros fatores contextuais ao decidir se algo era considerado gesto ou sinal (Kusters; Sahasrabudhe, 2018).

Ideologias normativas permeiam essas práticas, muitas vezes pautadas por purismo e autenticidade, semelhantes às de comunidades falantes de línguas orais. Como destacam Kusters et al. (2020), muitos surdos se comunicam em repertórios diversos, fora do que se considera uma língua de sinais padrão, sendo essencial reconhecer essa diversidade, sem ignorar as lutas cotidianas dos que não utilizam uma língua amplamente compartilhada.

Esse debate relaciona-se à translanguagem, que descreve o uso simultâneo de recursos linguísticos e semióticos. Bonnin e Unamuno (2021) analisam contexto análogo entre falantes indígenas latino-americanos, onde práticas híbridas expressam estratégias políticas, mais que adesão a ideais de pureza linguística.

Assim, a resistência não implica negação da translanguagem, mas reconhecimento crítico das assimetrias que estruturam o contato linguístico, inserindo-se no campo da glotopolítica (Bonnin; Unamuno, 2021).

4.2 Línguas de sinais nacionais e apagamento de variedades

A nomeação de uma língua de sinais reflete processos ideológicos que influenciam sua visibilidade e políticas públicas. A sombra das línguas nacionais orienta a sistematização acadêmica e política das línguas de sinais.

Couto (2023) mostra que, apesar de resultarem da mobilização surda, legislações sobre línguas de sinais ainda carregam traços clínicos: “[...] todas as legislações analisadas são formuladas a partir de ideologias, com significativo e predominante viés ideológico, principalmente no aspecto clínico” (Couto, 2023, p. 167).

O processo de nomeação também possui implicações políticas. Murray (2017) e Moriarty (2020) destacam que a documentação oficial resulta de trajetórias político-acadêmicas que determinam reconhecimento e promoção das línguas.

Frequentemente, adota-se um nome único em detrimento das variedades regionais. Como exemplificam Kusters et al. (2020), pesquisadores nomeiam línguas conforme locais, como Língua Britânica de Sinais ou Adamorobe Sign Language, promovendo agrupamentos que podem apagar diversidades.

Na Indonésia, apesar da existência de mais de 500 variedades regionais, a associação nacional de surdos adotou um nome único — Bahasa Isyarat Indonésia (Bisindo) — para fortalecer reconhecimento político (Palfreyman, 2018).

No Brasil, inicialmente distinguia-se a Língua de Sinais dos Centros Urbanos e a Urubu-Kaapor (Ferreira Brito, 1995). Posteriormente, Libras e LSB disputaram a nomeação nacional, com Libras consolidando-se legalmente. Somente na última década pesquisas começaram a explorar variedades presentes em coletivos surdos não institucionalizados, revelando a diversidade interna da sinalização no país.

Quadro 1: Línguas de sinais identificadas no Brasil.

LÍNGUA DE SINAIS	COMUNIDADE	LOCALIDADE
Língua de sinais Urubu-Kaapor	Urubu-Kaapor	Maranhão
Língua de sinais Sateré-Waré	Sateré-Ware	Parintins (AM)
Língua de sinais Kaingang	Kaingang	Xanxerê (SC)
Língua de sinais Terena	Terena	Mato Grosso do Sul
Língua de sinais Guarani-Kaiowá	Guarani-Kaiowá	Mato Grosso do Sul
Língua de sinais Pataxó	Pataxó	Aldeia Coroa Vermelha (BA)
Cena	Várzea Queimada	Jaicós (PI)
Acenos	Cruzeiro do Sul	Acre
Língua de sinais de Fortalezinha	Fortalezinha	Pará
Língua de sinais da Ilha de Marajó	Ilha de Marajó	Ilha de Soure (PA)
Língua de sinais de Porto de Galinhas	Porto de Galinhas	Pernambuco
Língua de sinais de Caiçara	Sítio Caiçara	Várzea Alegre (CE)

Fontes: elaborado pelos autores a partir de Damasceno (2017) e Stumpf; Linhares (2022).

No Brasil, apenas a Libras é oficialmente reconhecida como língua de sinais nacional, enquanto outras permanecem restritas ao status de objeto de pesquisa. A reivindicação por uma língua unificada reflete escolhas políticas e ideológicas que privilegiam determinadas variedades, com implicações diretas nos direitos linguísticos das comunidades surdas e na responsabilidade estatal na oferta de serviços.

Nomear uma língua de sinais não é apenas reconhecimento, mas também categorização e fixação territorial. Esse movimento pode ser empoderador, como ocorreu no Brasil nas últimas décadas, mas também traz desafios, especialmente em contextos de mobilidade linguística, como regiões de fronteira. A *American Sign Language* (ASL), por exemplo, não se limita aos Estados Unidos, sendo utilizada no Canadá e em outros países. Surdos de países latino-americanos fronteiriços frequentemente se matriculam em escolas bilíngues brasileiras, onde a Libras é a língua de instrução.

Além do contato linguístico, os valores simbólicos associados às línguas de sinais e seus usuários são fundamentais. A influência da ASL está relacionada não só à sua difusão, mas também ao status sociopolítico dos países que a oficializaram. Nyst (2010, apud Kusters, 2014) observa que, na África Ocidental, línguas de sinais baseadas na ASL são percebidas como superiores, enquanto as locais são associadas à gestualidade informal, analfabetismo e vida rural.

Em estudo etnográfico em Adamorobe, aldeia próxima a Acra (Gana), Kusters (2014) registrou o desprezo de surdos urbanos pelas formas locais de sinalização:

Os surdos da capital reagiam com horror e incompreensão quando eu explicava que morava em Adamorobe [...]. Vi um professor surdo dizer a seus alunos que eu fiquei em uma 'aldeia analfabeta onde eles usam sinais de analfabetos em vez de bons sinais'. Para os surdos de Acra, os sinais usados em Adamorobe não eram 'bons' ou 'reais', tampouco uma 'língua real'. (Kusters, 2014, p. 153)

Esse relato evidencia que as glotopolíticas das línguas de sinais não se limitam a instituições governamentais, mas estão enraizadas nas práticas das próprias comunidades surdas. Os valores associados a determinadas variedades são constantemente reafirmados e negociados, demonstrando que as ideologias linguísticas internas são tão complexas e dinâmicas quanto aquelas impostas externamente.

4.3 Policiamentos, padronizações e purismos

O policiamento das línguas de sinais ocorre em vários níveis, desde iniciativas institucionais até práticas cotidianas que buscam normatizar a língua. Esse controle é evidente na lexicografia e terminografia, especialmente na produção de glossários bilíngues (Português/Libras) para ensino acadêmico e técnico (Santos, 2017). O fenômeno também ocorre na ASL, como analisaram Kurz et al. (2022), que identificaram um processo de criação, validação, manutenção e disseminação de novos sinais acadêmicos.

Os critérios para validar sinais refletem ideologias linguísticas que permeiam a institucionalização das línguas de sinais e sua inserção acadêmica. Embora fundamentais para consolidar essas línguas como meios de produção científica, tais esforços podem reforçar a ideia de que o conhecimento legítimo está atrelado a padrões formais,

reiterando a visão das línguas de sinais como meros códigos acessíveis a partir das línguas orais.

No cotidiano, debates presenciais e virtuais mostram o investimento emocional de muitos surdos urbanos na defesa de normas que delimitam os “bons usos” da língua. Moore e Levitan (1992) descrevem a língua de sinais como a “herança preciosa da comunidade surda” (p. 85), enquanto Benedict e Legg (2014) a definem como “o núcleo de uma cultura e identidade surda” (p. 109).

Embora a defesa da língua de sinais seja central para as lutas políticas dos coletivos surdos, é preciso questionar se essas concepções não recaem em ideologias essencialistas que rigidificam a linguagem e associam a identidade surda a um modelo único.

Essa normatização afeta conceitos-chave nas comunidades surdas, como: sinalizadores nativos, vistos como falantes “legítimos”; falantes de primeira língua, que reforçam a primazia da Libras; língua visual, que essencializa a visão como traço identitário; níveis de proficiência, usados para avaliar profissionais como intérpretes e docentes; e discursos sobre “Libras pura” e “consciência surda”, que vinculam fidelidade à Libras a ideais de autenticidade e pertencimento.

Esses conceitos formam uma rede complexa, entrelaçada com noções ontológicas sobre o que significa ser surdo. Categorias como “alma surda” e “anti-deficiencialismo” emergem dessas ideologias, fortalecendo identidades, mas também podendo limitar a diversidade interna das experiências surdas.

Em suma, processos de policiamento e padronização refletem preocupações com a legitimidade e o prestígio das línguas de sinais, mas também tensões internas sobre pertencimento e autenticidade, evidenciando que a linguagem é, sobretudo, um território de poder e resistência.

4.4 Enquadramento das experiências surdas sinalizadas

Os processos de legitimação das línguas de sinais, quando conduzidos de forma acrítica, tendem a reforçar ideologias generalistas baseadas em perspectivas político-identitárias rígidas. Isso aparece em formas de performatividade entre surdos classificados como “sem língua” ou “ouvintilizados”, como no caso do “português sinalizado” no Brasil.

Frequentemente, a ausência de uma língua nomeada leva à afirmação de que uma pessoa surda “não tem língua”, mesmo que se comunique (Moriarty; Harrelson, 2019). Essa categorização força práticas comunicativas surdas a se encaixarem em paradigmas linguísticos preexistentes: “De fato, uma implicação indireta de nomear as línguas de sinais é que as práticas comunicativas surdas às vezes parecem ser forçadas aos paradigmas linguísticos existentes” (Kusters et al., 2020, p. 12).

Aceitar que surdos fora das línguas institucionalizadas possuem repertórios próprios desafia a linguística das línguas de sinais, que ainda privilegia a distinção entre sinal e gesto, negando valor linguístico ao gesto independente das línguas orais (Kendon, 2008; Mcburney, 2012).

A crença na separação entre linguagem e “não-linguagem” e em sistemas classifi-

catórios rígidos é, em si, ideológica. Como ilustram Kusters et al. (2020):

A ideia de que a linguagem e a não-linguagem podem ser nitidamente separadas [...] é em si uma ideologia, baseada na ideia de que as línguas têm limites bem delimitados. [...] Estudar o uso de gestos por usuários fluentes [...] interrompe a classificação do gesto como nitidamente separado de outras formas de linguagem. (p. 12-13)

Dentro desse enquadramento, “sinais caseiros” e “línguas de sinais de aldeias” são frequentemente vistos como formas inferiores, e seus usuários pressionados a migrar para variedades urbanas e institucionalizadas, alinhando sinais a palavras da língua oral. Contudo, pesquisas etnográficas recentes vêm desafiando essas classificações, evidenciando a complexidade dos repertórios surdos e sua resistência às taxonomias convencionais (Le Guen; Safar; Coppola, 2019; Kusters et al., 2020).

Outro aspecto refere-se à desvalorização de práticas consideradas “não puras” ou excessivamente influenciadas pelas línguas orais. Como apontam Kusters et al. (2020):

Sinalizantes que se prendem à gramática e/ou léxico de uma língua oral [...] muitas vezes veem sua prática rechaçada, embora em alguns casos seja considerada melhor. [...] A resistência pode estar ligada a uma desaprovação simbólica baseada nas influências de uma língua dominante, tomando a forma de policiamento e purismo linguístico. (p. 15)

Em alguns contextos, essa sinalização é rejeitada; em outros, valorizada. Ambientes acadêmicos e religiosos, por exemplo, tendem a exigir uma estética discursiva mais próxima da escrita, enquanto em espaços informais pode ser percebida como artificial.

A rejeição a tais formas pode ser mais simbólica do que linguística. Como argumentam Kusters et al. (2020):

A antipatia por determinada sinalização, devido às suas origens na oralidade, pode ser, em vez disso, um desconforto com sua estrutura gramatical. Quando não há entendimento, muitas vezes se busca uma razão; se essa pode ser capturada por algo como ‘parece mais inglês’, pode ser mais o inglês e menos o não-entendimento que circula no discurso. (p. 15)

Seja pela ideia de que certos surdos “não têm língua”, seja pela desvalorização de suas práticas, essas dinâmicas refletem ideologias profundamente enraizadas, moldando como modos de sinalização são percebidos e hierarquizados nas comunidades surdas, reforçando fronteiras simbólicas sobre o que é considerado uma prática legítima.

Considerações Finais

O campo dos estudos linguísticos é marcado por complexidade e nuances que exigem uma compreensão aprofundada da linguagem e da comunicação. Como qualquer empreendimento epistemológico, esses estudos não são neutros, mas práticas sociais ideologicamente orientadas. A ideologia permeia a forma como entendemos e analisamos a linguagem, sendo fundamental reconhecer os vieses que influenciam nossas pesquisas. Assim, é essencial que estudiosos da linguagem mantenham uma postura crítica e consciente dos impactos ideológicos que atravessam sua produção científica.

As ideologias linguísticas sempre estiveram no centro das investigações sobre as línguas de sinais, mesmo quando não nomeadas explicitamente. A necessidade de afirmar, revisar e resistir a essas ideologias tem sido uma das forças motrizes do campo, especialmente na contestação da ideologia de superioridade das línguas orais. No entanto, para que os Estudos Surdos se consolidem como uma prática crítica autônoma, é necessário que essa produção vá além de uma resposta às línguas orais, desenvolvendo suas próprias bases analíticas e epistemológicas.

A experiência humana com a linguagem transcende qualquer metalinguagem ou modelo formal de análise. A linguagem é um fenômeno multidimensional, e seu estudo demanda abordagens que vão além das práticas estruturalistas ou mentalistas tradicionais. A complexidade dessa investigação exige uma investigação contínua das arquiteturas teórico-metodológicas na Linguística das Línguas de Sinais, chamando a atenção para as orientações ideológicas subjacentes às práticas científicas e sociais.

Revisitar criticamente a vasta produção nos Estudos Surdos implica repensar os modos como as línguas de sinais e orais são estudadas de forma contrastiva. Isso inclui considerar o gesto como parte constitutiva do signo linguístico e buscar abordagens que situem criticamente a experiência de ser surdo. Os marcadores de ideologias linguísticas internas e externas às comunidades surdas, embora sejam metodologicamente úteis, não são suficientes para abarcar toda a complexidade dos valores e impactos dessas ideologias na afirmação social das vidas surdas. Além disso, algumas ideologias linguísticas construídas dentro das próprias comunidades surdas podem não ser afirmativas para todos os surdos e podem perder sua funcionalidade ao longo do tempo, exigindo revisões constantes, especialmente por teóricos surdos.

A investigação conclui que as línguas de sinais, como qualquer língua natural, estão sujeitas às condições valorativas das práticas sociais em que são utilizadas. As ideologias linguísticas não podem ser simplesmente classificadas como boas ou ruins, mas devem ser compreendidas em sua dinâmica situacional, emergindo e se transformando conforme os contextos sociopolíticos. O estudo oferece, assim, ferramentas conceituais para uma abordagem menos maniqueísta e mais crítica nos Estudos Surdos, articulada com a realidade contemporânea das comunidades surdas.

A ampliação da compreensão da linguagem vai além da concepção de língua como código fixo ou da rigidez das identidades. Isso exige um compromisso ético com uma ciência dos saberes surdos que respeite e valorize a dignidade das pessoas surdas dentro das agendas de direitos linguísticos e humanos. Afinal, aquilo que não é percebido de imediato não significa que não esteja presente – especialmente quando se trata das forças ideológicas que atravessam as redes de linguagem que estruturam nossas vidas.

REFERÊNCIAS

- BENEDICT, B. S.; LEGG, J. **Communication considerations A-Z: deaf culture & community**. Boulder: Hands & Voices, 2014.
- BERNSTEIN, B. **Class, codes and control: theoretical studies towards sociology of language**. London: Routledge & Kegan Paul, 1971.

- BLOMMAERT, J. Language ideology. In: BROWN, K. (org.). **Encyclopedia of language & linguistics**. 2. ed., v. 6. Oxford: Elsevier, 2006. p. 510-522.
- BONNIN, J. E.; UNAMUNO, V. Debating translanguaging. **Language, Culture and Society**, v. 2, n. 3, p. 231-254, 2021.
- BRIGGS, C. L. Linguistic ideologies and the naturalization of power in Warao discourse. **Pragmatics**, v. 2, n. 3, p. 387-404, 1992.
- COUTO, G. F. **Política linguística e ideologias**: uma análise dos discursos das legislações federais que regem as línguas de sinais nacionais da América do Sul. 2023. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.
- FERREIRA BRITO, L. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1966].
- GESSER, A. **Libras? que língua é essa?**: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- GREEN, E. M. **The nature of signs**: Nepal's Deaf Society, everyday sign and the production of communicative sociality. 2014. Dissertation (PhD) – University of California, Berkeley, 2014.
- INES. **Atas Congresso de Milão** – 1880. Série Histórica, v. 2. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2011.
- IRVINE, J. T.; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In: KROSKRITY, P. V. (ed.). **Regimes of language**: ideologies, politics, and identities. Santa Fe: School of American Research Press, 2000. p. 35-83.
- KENDON, A. Some reflections on the relationship between “gesture” and “sign”. **Gesture**, v. 8, n. 3, p. 348-366, 2008.
- KUSTERS, A.; SAHASRABUDHE, S. Language ideologies on the difference between gesture and sign. **Language & Communication**, v. 60, p. 44-63, 2018.
- KUSTERS, A. Language ideologies in the shared signing community of Adamorobe. **Language in Society**, v. 43, p. 139-158, 2014.
- KUSTERS, A.; GREEN, M.; MORIARTY, E.; SNODDON, K. Sign language ideologies: practices and politics. In: MCKEE, R. L.; NAPOLI, D. J.; SENSE, J. P. (org.). **Sign language ideologies in practice**. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton and Ishara Press, 2020. p. 3-22.
- LE GUEN, O.; SAFAR, J.; COPPOLA, M. (org.). **Emerging sign languages of the Americas**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2019.
- LEITE, T. A.; AMPESSAN, J. P.; BOLDO, J.; TASCA LOHN, J.; AZEVEDO, G. S. de O. Semântica lexical na Libras: libertando-se da tirania das glosas. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 1-23, 2022. DOI: 10.25189/rabralin.v20i3.1833. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1833>. Acesso em: 10 out. 2022.
- LADD, P. **Understanding deaf culture**: in search of Deafhood. Clevedon: Multilingual Matters, 2003.
- MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (org.). **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83.
- McBURNEY, S. History of sign languages and sign language linguistics. In: PFAU, R.; STEINBACH, M.; WOLL, B. (org.). **Sign language**: an international handbook. Berlin: Mouton de Gruyter, 2012. p. 909-948.
- MELLO, A. A caridade de Michelle Bolsonaro e o surdonacionalismo pentecostal como projeto de governo. **Portal Catarinas**, 2019. Disponível em: <https://catarinhas.info/a-caridade-de-michelle-bolsonaro-e-o-surdonacionalismo-pentecostal-como-projeto-de-governo/>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- MOITA LOPES, L. P. Ideologia linguística: como construir discursivamente o português no século XXI. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **O português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 18-52.
- MOORE, M.; LEVITAN, L. **For hearing people only**: answers to some of the most commonly asked questions about the Deaf community, its culture, and the “Deaf reality”. Rochester, NY: Deaf Life Press, 1992.
- MORIARTY, E. “Sign to me, not the children”: ideologies of language contamination at a Deaf tourist site in Bali. **Language & Communication**, v. 74, p. 195-203, 2020.
- MURRAY, J. Academic and community interactions in the formation of Deaf Studies in the United States. In: KUSTERS, A.; DE MEULDER, M.; O'BRIEN, D. (org.). **Innovations in Deaf Studies**: the role of deaf scholars. New York: Oxford University Press, 2017. p. 77-100.
- NIETZSCHE, F. **Além do bem e do mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. Tradução de Paulo César de Souza. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 [1886].
- NYST, V. Sign languages in West Africa. In: BRENTARI, D. (ed.). **Sign languages**: a Cambridge language survey. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 405-432.
- ORLANDI, E. (org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, 2001.

- PALFREYMAN, N. **Variation in Indonesian Sign Language**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2018.
- QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.
- SANTOS, P. A. **A terminologia na língua de sinais brasileira: proposta de organização e de registro de termos técnicos e administrativos do meio acadêmico em glossário bilíngue**. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- SILVA, D. N. Signos injuriosos: Saba Mahmood, os cartuns dinamarqueses e o debate sobre ideologias linguísticas. **Debates do NER**, v. 19, n. 36, p. 91-110, 2019.
- SILVA, D. N.; SIGNORINI, I. Ideologies about English as the language of science in Brazil. **World Englishes**, v. 40, n. 3, p. 424-435, 2021.
- SILVERSTEIN, M. Language structure and linguistic ideology. In: CLYNE, P. et al. (org.). **The elements: a parasection on linguistic units and levels**. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1979. p. 193-247.
- SPOLSKY, B. **Language policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- SPRADLEY, J. **The ethnographic interview**. Fort Worth: Harcourt Brace Jovanovich College, 1979.
- WOOLARD, K. A. Language ideologies. In: STANLAW, J. (org.). **The international encyclopedia of linguistic anthropology**. Wiley, 2020. p. 1-20.
- WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. 1. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1953.

